

Constituinte faz um ano em fevereiro

Arinos atribui atraso à falta de anteprojeto

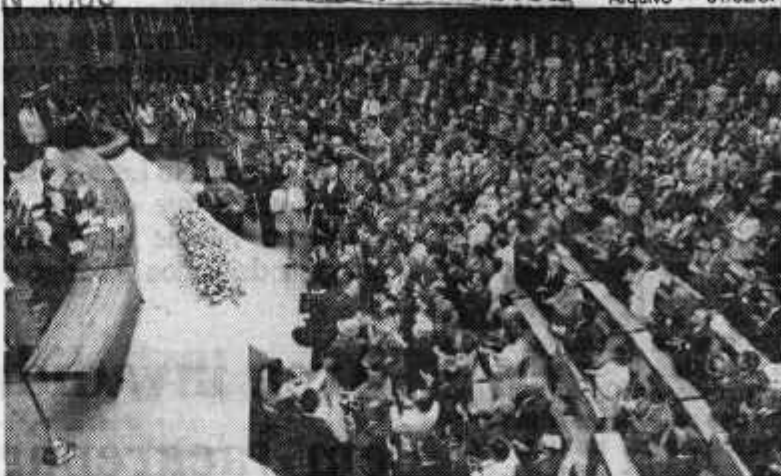
Ao completar um ano no dia 1º de fevereiro, a Constituinte baterá o recorde de duração de toda as assembleias anteriores: A Constituição de 1890 foi elaborada em 100 dias, enquanto as de 1934 e 1946 ficaram prontas em oito e sete meses, respectivamente. A Carta de 1967, até hoje em vigor, derivou de uma comissão que a encaminhou ao Congresso, com poderes constituintes.

Sem um anteprojeto que a guie — o do senador Afonso Arinos, encomendado pelo próprio presidente da República, foi recusado —, a atual Assembleia Nacional Constituinte, formada por 559 deputados e senadores, não tem previsão para finalizar seus trabalhos. As explicações para o prolongamento das discussões são muitas e variam desde as dificuldades financeiras até as seqüelas de transição que o país atravessa.

Ilegítima — A primeira Constituinte reunida no Brasil, em 1823, não conseguiu concluir sua tarefa. Ela foi dissolvida por Dom Pedro I em 12 de novembro do mesmo ano e 30 dias depois outorgou-se uma Constituição redigida por um conselho de estado convocado pelo imperador.

As cartas de 1824 e de 1937 tampouco foram discutidas por assembleias constituintes. Esta última, fruto do Estado Novo de Getúlio, substituiu a lei de 1934, mas também não seria legalmente válida, já que sua aprovação estava condicionada à realização de um plebiscito, que nunca houve. Em 1967, o projeto de Constituição elaborado por um grupo de juristas, convocados pelo então presidente, Castello Branco, foi encaminhado ao Congresso Nacional, que deveria aprová-lo em um mês.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) aponta como principal causa para o prolongamento das discussões da Constituinte a não utilização de um anteprojeto e o período de transição democrática que o Brasil atravessa. O constituinte



Aniversário não terá aplausos, mas expectativa

te afirma que em países como Portugal, França e Espanha, as Constituições que datam dos períodos pós-ditadura, também levaram muito tempo para ser concluídas.

Arinos, que presidiu a Comissão de Estudos Constitucionais convocada em novembro de 85 pelo presidente José Sarney para elaborar um esboço da Carta, acredita que se o anteprojeto pronto em setembro de 86 tivesse sido seguido os trabalhos da Constituinte se abreviariam. No entanto, o texto foi recusado porque ousava sugerir o regime parlamentarista, mais tarde incluído no projeto Bernardo Cabral.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) define como "uma inovação brasileira" o fato de a Constituinte não partir de um texto básico, o que, segundo ele, nunca aconteceu em parte nenhuma do mundo. A única vantagem disto foi permitir uma maior participação dos constituintes. Nelson acredita que a nova Constituição "começa a ser feita agora" e o período em que a Assembleia esteve reunida "foi um ano perdido". Ele atribui a recusa do anteprojeto de Arinos ao medo dos parlamentares de se transformarem em "constituintes de segunda classe" não participando das discussões. Mas, o resultado de tudo, hoje, caminha para "a supremacia de um grupo, que vai elaborar a nova Constituição".

Mas, nem todos vêem inconvenientes em um ano de Constituinte. Paulino Jacques, professor de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é um dos que acreditam que o atraso pode ser positivo. "A última Constituição Espanhola também demorou um ano" — afirma. "E não se pode comparar a atual Constituinte com a de 1946 ou a qualquer outra" — acrescenta. Para o professor, a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) não se equipara ao período pós-Revolução de 64. Segundo Ângela, "o Brasil saiu do Estado Novo com dinheiro, proveniente da Segunda Guerra Mundial e hoje vivemos em déficit permanente".

O fato de a Constituinte estar sob o signo da transição não é desculpa para o atraso, nem tampouco para seus possíveis erros, pensa o ex-dirigente comunista e constituinte de 1946, Luiz Carlos Prestes. Ele diz que "a Nova República é igual à velha" e classifica a carta que sairá da atual Assembleia Nacional Constituinte como "a mais reacionária da história do Brasil". "A responsabilidade é dos próprios constituintes, ligados aos empresários e interessados em prolongar o mandato de Sarney", conclui.